UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE IPORÁ
III CONGRESSO DE EDUCAÇÃO, IV SEMINÁRIO DE ESTÁGIO E I ENCONTRO DO PIBID
"PARADIGMAS DA PROFISSÃO DOCENTE"
28 a 30 de novembro de 2013
ISSN: 2238-8451

INCLUSÃO ESCOLAR: LIMITES ENTRE O IDEAL E O REAL

SOUSA, Priscila Batista[1]; SILVA, Flávia Damacena Sousa[2]
Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Iporá, Iporá – Go
[1]pri-ipo@hotmail.com; [2]flavia.damacena@ueg.br

Resumo: *A ideia fundamental de inclusão é adaptar o sistema escolar às necessidades do aluno com deficiência, garantindo seu acesso e permanência no ensino regular. Entretanto, na maioria das vezes, tais alunos se deparam com uma realidade de falta de adaptação e de recursos necessários, além disso, o processo de inclusão enfrenta outras grandes barreiras. Objetivou-se com o presente trabalho ressaltar como ocorre o processo de inclusão escolar, buscando reflexões sobre que mudanças se fazem necessárias para a aceitação da diversidade. Como resultado pode ser observado que os principais problemas que levam a exclusão são, a não aceitação da diferença, professores se julgam incapazes, falta de salas de apoio, falta de materiais, entre outros. Conclui-se que se fazem necessárias mudanças em todos os âmbitos educacionais para que ocorra uma real inclusão escolar.*

Palavras Chaves:*Deficiência; Inclusão; Diferença.*

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de pessoas com necessidade educacional especial é um tema que vem ganhando grande espaço em debates que apontam a necessidade de a escola atender às diferenças e valorizar a diversidade, presente na humanidade (MACIEL, 2000). O significado de inclusão está desligado da natureza de integrar, uma vez que não se diz respeito a questão de adaptar o aluno às exigências da escola e sim adaptar o sistema escolar às necessidades do aluno, buscando mudanças de perspectiva educacional, uma vez que se dirige a todos os alunos (MATURANA, 1999).

A sociedade sempre excluiu portadores de deficiência, privando-os de uma vida social habitual. Essas pessoas, sem respeito e direitos, eram impedidas de usufruírem os mesmos benefícios que os demais (DUEK, 2007). Entretanto, é necessário rever essas posturas sociais, frente a pessoas com quaisquer tipos de deficiência, pois são cidadãos e assim, precisam gozar dos mesmos direitos dos demais (SANCHES, 2006).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), é um dos inúmeros documentos que defendem o direito de todos à educação. Respalda como um dos seus objetivos, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor,

ISSN: 2238-8451

idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, inciso IV). Ela ainda trata, no art. 205 , do direito de todos à educação. Esse direito tem em vista o desenvolvimento pleno da pessoa bem como o seu preparo para a cidadania e qualificação para o trabalho. Mesmo sob a garantia da lei, a educação se depara com um impasse, uma vez que, o que se vê são programas, propostas, projetos, leis e decretos , que ficam, na maioria das vezes, só no papel (SANCHES, 2006).

Se o que se almeja é que a escola seja inclusiva, é imprescindível redefinir os planos para uma educação livre de preconceitos e que valorize as diferenças. A educação inclusiva, conforme Ferreira (2005, p. 41),

> [...] não diz respeito somente às crianças com deficiência – cuja maioria no Brasil ainda permanece fora das escolas, porque nós nem tentamos aceitá-las – mas diz respeito a todas as crianças que enfrentam barreiras: barreiras de acesso à escolarização ou de acesso ao currículo, que levam ao fracasso escolar e à exclusão social.

Portanto, para o processo de inclusão, primeiramente é necessário aceitar as pessoas, deixando de dar atenção aos impedimentos e às aparências começando a considerar os potenciais e capacidades de tais pessoas. Passos fundamentais devem ser dados para mudar o quadro de exclusão, começando desde a política até as salas de aulas (SANCHES, 2006). As maiores dificuldades estão no não reconhecimento do outro como diferente e na não aceitação dessa diferença, tendo como consequência, pessoas excludentes. A inclusão envolve convivência regada pelo diálogo, pela humildade, pelo reconhecimento das próprias fragilidades (MACIEL, 2000).

Considerando os desafios e perspectivas desse tema, o presente trabalho tem como objetivo ressaltar como ocorre o processo de inclusão escolar, buscando reflexões sobre que mudanças se fazem necessárias para a aceitação da diversidade.

METODOLOGIA

Esse trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica sobre inclusão e para sua realização, foram feitas revisões em artigos, livros e revistas, realizadas junto à biblioteca e serviços de informações científicas existentes, tais como o periódico Scielo,

ISSN: 2238-8451

buscando informações relevantes sobre a inclusão escolar. Para Sampieri, Colado e Baptista (2006), revisão bibliográfica é a localização e obtenção de documentos para avaliar a disponibilidade de material que subsidiará o tema do trabalho de pesquisa. É a análise crítica, minuciosa e ampla das publicações em uma determinada área de conhecimento, conhecendo como tal assunto foi abordado em estudos anteriores. As revisões foram realizadas entre Agosto e Setembro de 2013.

Posteriormente às leituras e revisão, buscou-se relacionar a experiência, observação, e conhecimentos adquiridos durante o estágio supervisionado nas escolas campo (duas da Rede Pública Estadual) e em seguida elaborou-se um texto organizado e sistematizado sobre a inclusão, seus desafios, possibilidades e realidade atual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a Constituição Federal (BRASIL, 1988), o ensino deve ser ministrado tendo como base o seguinte princípio, "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola" (art. 206 º, incisivo I p. 34). Embora existam vários documentos garantindo o direito de educação à todos, pôde se observar que alunos com necessidades especiais são de certa forma, deixados de lado, sendo privados de um ensino de qualidade.

O problema acerca da inclusão se agrava devido a não aceitação da diferença e na resistência da comunidade escolar, principalmente professores, pois muitos julgam serem incapazes de atuar diante de tal complexidade. Acredita-se que esse sentimento de impotência seja reflexo de fragilidades no processo de formação profissional, falta de material adequado, de salas de apoio, apoio político, compromisso da sociedade, recursos financeiros e outros fatores que culminam na exclusão (FERREIRA, 2005).

Quanto a formação do professor, faz-se necessário destacar a necessidade de formação continuada, que o coloca em dia com novas perspectivas e conhecimentos necessários a sua prática (MARCELO, 1999). Além disso, é preciso reforçar a existência de professores de apoio em cada sala de aula dos Centros de Apoio

ISSN: 2238-8451

Educacional Especial (CAEEs) em cada Unidade escolar, pois estes possuem apoio educacional especial, que muito contribuirá para a continuidade dos alunos nas escolas.

Já os recursos financeiros, são necessários para a aquisição de bens e materiais necessários para trabalhar com os alunos com deficiências. Nas escolas públicas da rede estadual, o responsável por fornecer esses recursos é o Estado, porém, o que se observa é a carência de investimentos necessários (MATURANA, 1999). Cabe ressaltar que hoje, nas escolas, existem alunos com diversos tipos de necessidades, e cada qual com suas particularidades, o que presume que os recursos e materiais didáticos também devem ser diversificados.

Assim, levantou-se com esse trabalho, a urgência de unir as forças de todos os envolvidos, para ocorrer as mudanças necessárias no processo de inclusão, o que a tornará real no âmbito escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que para incluir pessoas com necessidades físicas, intelectuais, sociais e psicológicas diferenciadas, faz-se necessário mudanças e reformulações da instituição escolar como um todo, desde a formação acadêmica que aborde adequadamente a questão da deficiência em seu currículo, formação continuada, mudanças no ensino, na postura docente, implantação dos CAEEs, professores de apoio, espaço físico e didático adequados e gestão escolar e também o lidar com o alunado. Porém, não se trata de uma tarefa fácil. Para mudar a instituição, são necessários investimentos financeiros e mudanças nas mentes, aceitando a diferença e suspendendo juízos de valores como pena, repulsa e descrença. O processo de inclusão é frágil, lento e deve ser feito com o apoio dos pais e de toda comunidade escolar. Portanto, conclui-se que se fazem necessárias mudanças em todos os âmbitos educacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ISSN: 2238-8451

BRASIL, Congresso Nacional -**Constituição da República Federativa do Brasil - Brasília** - Senado Federal, 1988.

DUEK, V. P. Um olhar sobre a deficiência/diferença na escola inclusiva. **Revista Educação Especial.** Universidade Federal de Santa Maria. Nº 29, 2007. Disponível em: http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2007/01/a3.htm. Acesso em: 10 setembro 2013.

FERREIRA, W. B. Educação Inclusiva: será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos? **In:** BRASIL, Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial. Inclusão – **Revista da Educação Especial**. Ano 1 – Nº 01 – Outubro de 2005, Brasília.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. **Portadores de deficiência: a questão da inclusão social.** *São Paulo Perspec.* [online]. 2000, vol.14, n.2, pp. 51-56. ISSN 0102-8839.

MARCELO, C.G. **Formação de professores: para uma mudança educativa**. Porto: Porto Editora,1999.

MATURANA, H. **Emoções e linguagem na educação e na política.**Belo Horizonte: UFMG, 1999.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLADO, Carlos Fernández; e BAPTISTA, Lucio Pilar. **Metodologia de Pesquisa**. São Paulo: Mc-Graw-Hill, 3ª ed, 2006

SANCHES, Isabel e TEODORO, António. Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos . *Rev. Lusófona de Educação* [online]. 2006, n.8, pp. 63-83. ISSN 1645-7250.